

Ata nº86 – Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Ubá, realizada às vinte horas do dia três de dezembro de mil novecentos e oitenta e quatro, ou seja, dia cinco, tendo na Presidência o vereador Lincoln Costa, na Vice-Presidência o vereador Brandão Teixeira e na Secretaria o vereador Miguel Gasparoni. O Presidente Lincoln Costa fez a abertura os trabalhos do dia em nome do Povo de Ubá invocando a proteção Divina. A seguir o Secretário Miguel Gasparoni fez a chamada nominal constatando-se a ausência única do vereador Afonso Mendes. Passa-se para o protocolo: 1º) Contrato de lotação a ser renovado entre essa Casa e a Sociedade dos Viajantes Representantes Comerciais do Brasil. Ouvido o Plenário foi autorizado a assinatura. 2º) Ofício nº157/84, de 27/11/84 do Bel. Clyrio Rezende Ribeiro, contendo resposta a indicação do Edil Willian Cabral, sobre o médico legista da Delegacia da Comarca. Xerox aos Edis William Cabral, Luiz Ângelo e Miguel Gasparoni. 3º) Convite do Centro de Estudos “Dr. Levindo Eduardo Coelho” para participar de uma “Mesa Redonda” sobre o “Sistema Integrado de Saúde”. O Presidente Lincoln Costa nomeou o Edil Brandão Teixeira para representar a Casa, visto que não poderá estar presente. 4º) Impresso da AMM – Associação Mineira de Municípios, sobre reunião realizada entre a AMM e a Diretoria da Emater, dia 22/11/84. 5º) Semanário “Cidade Ubá” nº2382; 6º) Jornal “Defesa Vegetal”, nº04. 7º) Boletim Informativo da AVERCOM nº07, de novo/84. 8º) Informativo SUPAM, nº184; 9º) Folheto da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo, sobre cursos para correspondências. 10º) Ofício GP/887/84 de 13/11/84, recebido na Casa naquele dia e devolvido por esta sem assinatura, firmado pelo Prefeito Municipal que encaminha “Planilha que encaminhou pedido de reajuste de tarifa para ônibus urbanos”. 11º) 913/84 (GP) de 26/11/84, firmado pelo Prefeito Municipal, que encaminha xerox do Projeto de Lei nº08/83, que tramita na Assembleia Legislativa de MG, sobre fixação de números de vereadores. 13º) Ofício GP/940/84 de 29/11/84, que encaminha informações do Diretor de Finanças da Prefeitura sobre o numero de servidores beneficiados com o abono de natal. Com a prévia autorização da Casa, este ofício foi encaminhado para a CLJF, tão logo chegou a Casa. 14º) Ofício GP/951/84 de 03/12/84, que encaminha 08 exemplares do Jornal “Tribuna de Minas”, de 01/12/84. 15º) Ofício GP/967/84 de 03/12/84, que encaminha cópia de correspondência recebida do Centro de Informações Econômico – Fiscais da Secretaria de

Estado da Fazenda. 16º) Ofício GP/953/84 de 03/12/84 que encaminha Certidão do Cartório de Imóveis, relacionado com o Parecer CLJF-037/84, que se refere ao loteamento do Sr. Lauro Nicolato. xerox ao Edil Miguel Rinaldi. A Secretaria juntará este ofício com os demais documentos existentes na Casa, e se completos encaminhará a CLJF. O Presidente Lincoln Costa explica ao Plenário que o Prefeito lhe telefonou e disse que não estará presente a esta Sessão, pois está dando assistência a seu filho que submeterá a uma delicada cirurgia no Rio de Janeiro. Final do protocolo. Passa-se aos Pareceres da Comissões: 1º) Parecer CLJF-077/84 de 02/12/84, firmado pelos Edis Dr. Norton Reis, Januário Carneiro e Brandão Teixeira, que se refere ao Projeto de Lei nº62/84, que dispõe sobre “gratificação natalina ao pessoal estatutário, inativos e pensionistas”. Em discussão: Brandão Teixeira solicita dispensa dos interstícios legais para que todas as matérias que necessitam de 2º e 3º votações as tenham englobadamente. Todos concordam. Em votação: Aprovado por unanimidade em 2º e 3º votações. 2º) Parecer CLJF-073/84 de 19/11/84, firmado pelos Edis Dr. Norton Reis, Januário Carneiro e Afonso Mendes, que se refere ao Projeto de Lei nº52/84, que concede Cidadania Honorária ao Sr. Divaldo Pereira Franco. Em discussão: ninguém se manifestou. Em votação secreta: obteve onze votos a favor, um voto contra e um em branco, sendo aprovado por maioria em 2º votação. 3º) Parecer CLJF-076/84 de 02/12/84, firmado pelos Edis Dr. Norton Reis, Januário Carneiro e Brandão Teixeira, que se refere ao Projeto de Lei nº63/84, que dispõe sobre “concessão de subvenção à APAE”. Em discussão: Gualberto de Mello lembra que a Casa estava a dever a APAE um ato meritório como este. Em 1º votação: aprovado por unanimidade. 4º) Parecer CLJF-078/84 de 02/12/84, firmado pelos Edis Dr. Norton Reis, Januário Carneiro e Brandão Teixeira, que se refere ao Projeto de Lei nº64/84, e que faz algumas observações sobre este projeto, que “dispõe sobre doação de área de terreno ao Centro Espirita Estrela do Oriente”. Em discussão: Miguel Gasparoni sugere que se devolva o projeto para o Executivo para nova redação, pois ele não cita o prazo de término da obra, como alertara a CLJF em seu parecer. Brandão Teixeira cita como exemplo o Núcleo Regional de Voluntário de Combate ao Câncer que teve que obedecer a este critério. Luiz Ângelo esclarece que a CLJF não está rejeitando o projeto e sim requerendo uma nova redação. Em votação: o parecer e a

sugestão do companheiro Miguel Gasparoni: aprovado por unanimidade. 5º) Parecer CLJF-079/84 de 02/12/84, firmado pelos Edis Dr. Norton Reis, Januário Carneiro e Brandão Teixeira, que se refere ao Projeto de Lei nº57/84, que dispõe sobre “autorização ao Executivo para celebrar Termo Aditivo e de adesão com o Ministério e Secretaria da Fazenda, visando a implantação do Projeto CIATA em nosso município”. Neste parecer a CLJF, solicita que a Presidência marque uma reunião Especial, se possível com o Prefeito Municipal, os Técnicos da Prefeitura para que o assunto seja amplamente debatido e analisado. Em discussão: ninguém se manifestou. Em votação: aprovado por unanimidade. Fim dos pareceres da CLJF, o Secretário Miguel Gasparoni faz a leitura do parecer sobre instalação de indústria no Bairro Vitória, de sua autoria e solicita ao Presidente que o coloque em discussão: o vereador Brandão Teixeira, também membro da Comissão Especial criada para opinar sobre o assunto, diz que não chegou a um consenso e que tem seu parecer rascunhado em casa, mas que não o trouxe, que vem defendendo a criação do Distrito Industrial em nossa cidade. Que tem conhecimento que o Executivo já tem algumas propriedades em vista, e que não é totalmente contra o Parecer do companheiro Miguel, que não é contra a instalação de indústrias, mas temos de saber onde instalá-las. Que frente aos novos acontecimentos da semana com vistas à instalação do Distrito Industrial e pede ao Presidente Lincoln um prazo de 30 dias para apresentar o seu parecer ou mesmo assinar juntamente com Miguel. O vereador Miguel Gasparoni diz que em momento algum foi contra a instalação de indústria em nosso município pois sabe que são elas as maiores responsáveis pelo nível de emprego, arrecadação e consequentemente ao progresso. Que este assunto desde 28/11/83, ou seja, há mais de um ano vem sendo debatido na Casa e não se tem chegado a um ponto final. Que todos os moradores do bairro Vitoria estão cansados de esperar e alguns lhe confessaram estar desiludidos, não só com o Executivo, mas com o Legislativo, pois nessa Casa estiveram, fizeram suas exposições e seus pedidos a vários meses e até o momento a Casa não se posicionou. Miguel Gasparoni relembra que a Comissão Especial apresentara um parecer anterior aprovado por unanimidade pela Casa, solicitando parecer da COPAM em regime de urgência; este parecer veio e destaca que o assunto é exclusivamente do município, que possui Leis que regulam a matéria. destaca

mais que se for concedido ao companheiro Brandão Teixeira os 30 dias solicitados, este prazo terminará no início do recesso da Casa, que então estará se concedendo não só 30 dias, mas talvez 90. Continua Miguel: O que está se discutindo no momento é uma construção no bairro Vitória tipicamente residencial, onde pretende-se instalar uma indústria cujas obras, apesar de todos os protestos, continuam, sob um alvará provisório de obras cujo o passo seguinte e conseqüentemente será o alvará para o funcionamento de indústria. Frente a isto o companheiro Miguel Gasparoni solicita ao Presidente Lincoln que coloque seu parecer em votação. O vereador Brandão Teixeira diz que nunca esteve tão otimista quanto ao DI como agora; que quando foi criada a Comissão não lhe foi dito que teria prazo para entregar seu parecer. Que tem procurado ser coerente pois se não tem lugar para instalar as indústrias, tem que se procurar um. Que esteve como companheiro João Corbelli no local, e verificou que a obra não está em fase de acabamento e que a mesma, se preciso for, pode ser transformada em imóvel residencial. Que o proprietário está ciente do risco que corre com sua obra. Que já temos muitas indústrias instaladas em locais mais centrais da cidade; que esta pretende se instalar dentro de uma gruta. O Presidente Lincoln Costa informa que ao contrario do que afirma Brandão Teixeira, a obra está em estado adiantado, quase em fase de acabamento. O vereador João Gomes diz que o alvará foi expedido para uma obra e não para a implantação de uma indústria. Voltando a usar da palavra, o autor do parecer afirma que se obra ainda não tem nem laje o momento é oportuno para se pedir o cancelamento do chamado “alvará provisório”, pois o Prefeito pode cassar o alvará a qualquer momento, pois a seu ver com a continuação das obras e se amanhã decidirmos pela não instalação dessa indústria, o seu proprietário certamente exigirá do Município o ressarcimento de toda despesa realizada com esta obra, que como afirma o parecer da COPAM, esta indústria pretende se instalar a menos de 100 metros de um dos melhores grupos escolares de nosso município; que esta indústria não está em implantação, mas em mudança, que não está pedindo o fechamento da indústria e que a Casa se posicione imediatamente. O Presidente Lincoln Costa destaca que o local onde pretenda instalar o DI deve ser muito em estudado e relembra quando da instalação da Itatiaia que instalou-se no mato, local hoje completamente habitado; que talvez seja um

dos mais prejudicados com poluição de Ubá e cita como exemplo a torrefação de café da rua da Paz. Miguel Gasparoni informa que a Lei é muito clara, quando diz: “adequado, inadequado e tolerante”. Que o bairro Vitória é inadequado para instalação de indústria e que a indústria da Rua da Paz É “tolerada”, pois já existe ali há longos anos; que é a favor da instalação do Distrito Industrial, já de maneira urgente, urgentíssima mesmo, com recursos do município, pois conclui que o CDI quer muito para si e pouco para o municípios e/ou industriais e que se posiciona definitivamente contra a instalação de novas indústria na área residencial do município de Ubá; Que criemos o nosso CDI, pois seu parecer é a favor das flores, das crianças, do meio ambiente, enfim, seu parecer não é contra indústrias ou a favor dos moradores, mas sim pela preservação da vida. O Presidente Lincoln Costa encerra a discussão concedendo prazo de 30 dias ao Edil Brandão Teixeira. O vereador Miguel Gasparoni pergunta como fica o prazo, se este terminar quando a Casa estiver em recesso e depois de discutido decidiu-se que o parecer deverá ser entregue e/ou apresentado na 1º reunião ordinária de 1985. Miguel Gasparoni diz esperar resolver o assunto o mais rápido possível, pois está pressentindo que passaremos esta Legislatura mais uma vez sem resolver esta questão. Brandão Teixeira pede para apreciarmos o Código Tributário porque este tem que ser aprovado este ano para vigorar em 1985. Pede também para convidar o funcionário da área da Fazenda da Prefeitura Municipal Ubá para virem a próxima reunião explanar sobre o código tributário. Passa-se para indicações, moções e requerimentos dos vereadores: Miguel Rinaldi: solicitação ao Executivo, de iluminação nas ruas João Schiavon, Santa Sophia e José Costa Marques. Gualberto de Melo: Indicação ao Executivo solicitando cascalhamento da estrada o Mangueira ao Povoado de Ligação; Moção de aplausos ao Prefeito Municipal Bigonha Gazolla pela remodelação do Paço Municipal; Moção de aplausos ao casal Armelindo Seghelt e Sra. pela passagem das bodas de ouro. Vereador Moacyr Nogueira: Indicação ao Executivo solicitando cascalhamento da estrada Ubá-Ubari, construção de 15 bairros e reabertura em alguns trechos da Serra. Vereador Miguel Gasparoni: Requerimento solicitando a Casa que solicite da ECAD algumas informações sobre a taxa de direitos autorais paga pelos organizadores do X FUMP. Em discussão: Brandão Teixeira solicita em vereador Moacir Nogueira que

modifique os termos da redação de sua indicação, este autoriza e a Secretaria providenciará para que, onde se lê: “Fica o Executivo autorizado”, passa-se a ler: “solicita ao Executivo”. Brandão Teixeira pede autorização para Casa expedir telegrama de solidariedade ao Executivo pelo momento delicado em que seu filho será submetido a uma delicada cirurgia. Brandão Teixeira, ainda no uso da palavra, pede para se votar as indicações e moções englobadas. Luiz Ângelo pede para separar e moção de aplausos ao Executivo, proposta pelo Edil Gualberto de Mello. Willian Cabral reforça o pedido de modificar a redação da indicação do Moacyr. Geraldo Calçado expõe sobre os pedidos que se fez a CFLCL, que muitos moradores pedem orçamento, pensando ser este pagamento de responsabilidade da Prefeitura, mas quando se apresenta orçamento aos moradores, estes não o assumem. Separada a moção de aplausos proposta por Gualberto de Mello, as demais são colocadas em discussão: ninguém se manifesta. Em votação aprovada por unanimidade. Em discussão a moção de aplausos ao Prefeito Bigonha Gazolla. Luiz Ângelo pede para se fazer uma nova leitura. Miguel Gasparoni o faz. Luiz Ângelo diz que não é contra a moção pela remodelação do prédio, pois fica satisfeito com a beleza da obra, mas depois da reforma ficou mais difícil falar com o Prefeito. Faz pedido para que se comunique isto ao Prefeito, embora este nunca tenha lhe negado uma audiência. Brandão Teixeira, Chefe do Executivo, diz que aceita a crítica de Luiz Ângelo (mas que o Prefeito tem atendido a todos com hora marcada, mas, se o motivo for urgente, o vereador poderá falar com ele na frente de outras pessoas). Em votação: aprovada por unanimidade. Miguel Gasparoni convida a todos para audição da Dona Francisca de Andrade Leais Paes, dia 08/12, nos Salões do Ubá Tênis Clube. Geraldo Calçado também convida para o concurso da “Mulata Super Star”, dia 08/12, no Tabajara Esporte Clube. Brandão Teixeira propõe que a próxima reunião seja com o pessoal da área da Fazenda da Prefeitura Municipal para explanação sobre o código tributário. O Presidente depois de ouvir o Plenário, marca uma reunião extraordinária para 19:30 horas. Depois de convocar a todos para essa sessão, o Presidente Lincoln agradece a presença de todos e encerra a sessão. nada mais houve que me coubesse relatar. Eu, Miguel Poggiali Gasparoni, 1º Secretário, encerro a presente Ata, que foi dada e passada na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Ubá. Em Tempo: Na página 189, onde se lê:

“Brandão Teixeira, Chefe do Executivo”; deve-se ler: “Brandão Teixeira, Líder do Executivo”. Ainda na página 189, onde se lê: “O vereador poderá falar com ele na frente de outras pessoas”, deve-se ler: “O vereador poderá falar com ele, passando à frente de outras pessoas”. Na página 188, onde se lê: “Que criemos nosso CDI”, deve se ler: “Que criemos nosso Distrito Industrial”. Na pág. 188v, onde se lê: “para virem a próxima reunião explanar sobre o Código Tributário”, deve-se ler: “para virem a próxima reunião explanar sobre o Projeto CIATA”.